

INFORMES  
PRESIDENCIA *PRO TEMPORE* BRASIL  
LVIII Sessão Plenária da RECM

**1. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –MAPA**

O MAPA apresenta as últimas ações realizadas no apoio e fomento para o fortalecimento e desenvolvimento do cooperativismo e acesso a mercados de produtos da Agricultura Familiar:

- **Projeto Cooperativismo SAF/UFV**

O Projeto Cooperativismo SAF/UFV, realização do Departamento de Cooperativismo e Acesso a Mercados da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) encontra-se em fase final de execução, quanto à oferta de cursos de capacitação em cooperativismo.

Os 4 módulos do curso: Gestão de Empreendimentos Coletivos e Mercados; Governança Participativa; Redes de Sociabilidade e Meio Ambiente; Contabilidade e Finanças; e Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Características e Mecanismos de Acesso, encerram em dezembro deste ano com ótimo aproveitamento.

O último relatório demonstra um total de 1.342 cursistas matriculados, agricultores familiares, lideranças e técnicos de cooperativas e associações de todos os Estados brasileiros, com aprovação de mais de 80% nos cursos. Até o momento, 1.206 capacitações concluídas.

Após a conclusão da 1ª etapa, serão oferecidos cursos voltados para o Cadastro da Agricultura Familiar – CAF e cooperativas de lácteos.

Mais informações: <https://www.coopsafufv.com/>

- **Projeto Semeando Futuros: Gestão e Liderança para Mulheres Cooperativistas**

Parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Sistema OCB, o projeto “Semeando Futuros – Gestão e lideranças para mulheres cooperativistas”, o projeto em sua 1ª edição, encontra-se em fase final, com a participação de 57 mulheres associadas a cooperativas agropecuárias, especialmente da agricultura familiar.

Um projeto feito por mulheres para mulheres que buscam igualdade nos espaços de gestão e liderança e contribui para o empoderamento econômico feminino e o desenvolvimento sustentável das cooperativas.

A iniciativa corrobora para o cumprimento da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas no que se refere ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS): “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, garantindo a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades até 2030.

- **Projeto “ Observatório Mulheres Rurais do Brasil”**

Parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, o projeto faz parte da campanha #Mulheres

Rurais, mulheres com direitos – da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO.

O Observatório das Mulheres Rurais do Brasil será um recurso importante para a organização de dados e informações conjunturais, bem como para a fundamentação de estudos prospectivos que apoiam a tomada de decisão e construção de ações estratégicas, visando fundamentar propostas de aprimoramento, formulação e implementação de políticas públicas e outros programas de desenvolvimento para o fortalecimento da presença das mulheres no agro brasileiro.

A ação, alinhada ao Planejamento Estratégico da RECM, visa fortalecer as organizações sociais das quais a mulher rural participa principalmente vinculadas à sua autonomia econômica, a fim de gerar visibilidade e resultados a seu trabalho.

- **I Workshop Internacional – Cooperativas do Mercosul e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: construção e um plano estratégico baseado na Agenda 2030**

Parceria entre a Organização das Nações Unidas – ONU, Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e Ministério da Agricultura – MAPA, realizado entre os dias 18 a 20 de outubro de 2021, na sede da Uniodonto do Brasil, em São Paulo, com o objetivo de construir uma agenda de trabalho para a RECM conectada à Agenda 2030 e reestruturar o planejamento estratégico da RECM para implementá-lo nos próximos anos.

O evento contou com a presença dos principais líderes do cooperativismo do cone sul e representantes do Estados Partes do Mercosul, que apresentaram questões relevantes para a construção do trabalho abordando diversos temas que se correlacionam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Um importante passo na construção de uma agenda integrada para fortalecer as potencialidades do cooperativismo.

- **Chamada Pública 004/2021 - Anater/MAPA – Programa Brasil Mais Cooperativo**

Lançamento do edital de chamada pública para seleção de entidades executoras de ATER visando a qualificação comercial e geração de negócios para empreendimentos da agricultura familiar, capacitação técnica e apoio na formulação de demandas das entidades executoras responsáveis por compras institucionais (PNAE e PAB), gestores públicos, equipes de alimentação.

Parceria entre a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

O público beneficiário abrange onze Estados brasileiros: Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima e Tocantins.

Das 40 empresas habilitadas no certame, foram selecionadas 12 empresas de prestação de assistência técnica e extensão rural – ATER que irão implementar um plano de trabalho de acesso e ampliação aos mercados para as cooperativas e associações beneficiárias da chamada.

- **Projeto MAPA/GIZ – Lançamento do edital de seleção de cooperativas e associações para acesso a consultoria no Projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor**

Parceria entre a Cooperação Técnica Alemã, *Deutschen Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do Projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor, lançou o edital de seleção de cooperativas e associações da agricultura familiar para acesso a serviços de assessoria técnica e/ou consultoria especializada para facilitar e incrementar a gestão desses empreendimentos.

O público beneficiário abrange quatro Estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas e Pará.

O objetivo do Projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor consiste em colaborar para que as cooperativas e associações de comunidades locais expandam a comercialização dos seus produtos em cadeias de valor que são prioritárias para o desenvolvimento da bioeconomia sustentável e inclusiva na Amazônia.

Foram selecionados oito empreendimentos coletivos que receberão consultoria especializada.

- **Programa Alimenta Brasil - PAB**

O Programa Alimenta Brasil – PAB foi instituído pela Medida Provisória nº 1061/2021, em substituição ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. A MP revoga as legislações anteriores referentes ao PAA.

O PAB tem as seguintes finalidades:

I - Incentivar a agricultura familiar e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;

II - Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III- Promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - Promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos;

V - Apoiar a formação de estoque pelas cooperativas e demais organizações da agricultura familiar; e

VI - Fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

Compreende as seguintes modalidades:

I - Compra com doação simultânea

Compra de alimentos diversos e doação simultânea às unidades receptoras e, nas hipóteses definidas pelo Grupo Gestor do Programa, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

## II - Compra Direta

Compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do Programa, com o objetivo de sustentar preços;

## III - PAB Leite

Incentivo à produção e ao consumo de leite - compra de leite que, após ser beneficiado, é doado às unidades receptoras e, nas hipóteses definidas pelo Grupo Gestor, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

## IV - Formação de estoques

Apoio à formação de estoques - apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público;

## V - Compra Institucional

Compra da agricultura familiar, por meio de chamamento público, para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios ou de materiais propagativos, por parte de órgão comprador e, nas hipóteses definidas pelo Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil, para doação aos beneficiários consumidores.

Em 28 de setembro, houve a migração da coordenação da modalidade Compra Institucional para o MAPA, em substituição ao Ministério da Cidadania, após tratativas no âmbito da reunião do então Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPA.

O DECAM/SAF vem promovendo articulações com órgãos compradores da União e o envolvimento de atores locais/regionais para fortalecer a participação da agricultura familiar e suas formas associativas na modalidade Compra Institucional. Além disso, criou uma página no portal do Mapa, contendo informações sobre a execução do PAA – CI, seu marco regulatório, e está realizando a ampla divulgação Chamadas Públicas para que os agricultores familiares apresentem seus projetos de venda e acessem a modalidade (link: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/paa-compra-institucional>).

No intuito de ampliar as compras de alimentos da agricultura familiar pelas Forças Armadas por meio de lançamento de Chamadas Públicas, no âmbito da modalidade Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil (PAB/CI), representantes do Decam participarão no próximo dia 24 de agosto de reuniões de articulação com o Comando Militar da Amazônia/12ª Região Militar, em Manaus/AM, em parceria com a Agência de Cooperação Alemã – GIZ.

Foi publicado no Diário Oficial da União no último dia 22 junho, a formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre a SAF, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com vigência total de 24 meses, para implementação de ações conjuntas de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Considera-se que a parceria da SAF com o FNDE e CONAB é fundamental para que a ampliação do mercado da Alimentação Escolar para a agricultura familiar aconteça de forma qualificada, visando a ampliação do acesso e desenvolvimento dos agricultores familiares no âmbito do PNAE.

Nesse sentido, reuniões entre as equipes técnicas estão sendo realizadas de forma frequente com vistas ao cumprimento das atividades previstas na cooperação. No final de setembro, está prevista a realização de Seminário Estadual da Agricultura Familiar para o PNAE no estado de Goiás.

Ainda no que concerne ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), kits de alimentação escolar continuam sendo entregues em todo o Brasil aos estudantes da rede pública de ensino, em função da suspensão das aulas presenciais devido à pandemia de Covid-19. O Decam vem promovendo articulações para que esses kits contenham gêneros alimentícios da agricultura familiar. Em 2020, o Mapa juntamente com o Fnde publicou uma Cartilha com orientações aos gestores:(link de acesso: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/campanhas/mapacontracoronavirus/documentos/cartilha-orientacoes-para-a-execucao-do-pnae/@@download/file/Cartilha%20PNAE%20Versa%CC%83o%20Final.pdf>). Os alimentos são retirados em dias determinados, nas unidades escolares onde as famílias fizeram os cadastros. Medidas de distanciamento físico e de higiene continuam sendo cumpridas para garantir segurança às equipes de trabalho e aos beneficiados.

- **Selo Nacional da Agricultura Familiar – Senaf**

O Selo Nacional da Agricultura Familiar (Senaf), instituído pela Portaria nº 161, de 9 de agosto de 2019, é uma importante ferramenta desenvolvida para identificar os produtos oriundos da agricultura familiar, promovendo o sustento do meio rural, além de promover seu acesso competitivo ao mercado.

O Selo Nacional da Agricultura Familiar serve como identificação da origem e das características dos produtos da agricultura familiar, tendo por finalidade o fortalecimento das identidades social e produtiva dos vários segmentos da agricultura familiar perante os consumidores e o público em geral.

Atualmente a Vitrine da Agricultura Familiar possui 8.603 produtos cadastrados com a permissão de uso do Senaf.

Os agricultores familiares, organizações e pessoas físicas, que possuem o Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF) são reconhecidos pelo consumidor em razão da identificação de origem dos produtos é rápido, simples e gratuito.

## Portaria nº 161, de 9 de agosto de 2019

### Objetivos do SENAF

O SENAF tem como objetivo a identificação da origem e das características dos produtos da agricultura familiar, tendo por finalidade o fortalecimento das identidades social e produtiva dos vários segmentos da agricultura familiar perante os consumidores e o público em geral.

### Característica

O Selo contém as informações das características dos produtos da agricultura familiar, prestando-se à sua rastreabilidade.

### Acompanhamento e monitoramento do SENAF

A Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo é responsável pela emissão e disponibilização do sistema para obtenção do Selo



O Selo tem validade de **2 anos**

## Emissão do Senaf



**2.811** - Selos concedidos a Agricultores familiares.



**5.634** - Selos concedidos a Empreendimentos da Agricultura Familiar



**158** - Selos concedidos a Empresas que compram da Agricultura Familiar

Em nov/21

Acesse a Vitrine da Agricultura Familiar e conheça os produtos que estão identificados com o Selo Nacional da Agricultura Familiar.

<http://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine>



## 2. **Ministério da Cidadania**

- **Estruturação Ministerial**

A Coordenação-Geral de Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva (CGSAC/DIP) está institucionalmente vinculada ao Ministério da Cidadania/Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, com a missão institucional de promover, articular e coordenar políticas da inclusão social, de economia solidária e de fomento para empreendimentos econômicos solidários para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

- **Ações**

No Departamento de Inclusão Produtiva a política de economia solidária compõe um eixo transversal do Plano Progridir de Inclusão Produtiva, oferecendo alternativas inclusivas como o cooperativismo, o associativismo, redes de cooperação, economia social e solidária voltadas a ampliar a renda das famílias e fortalecer os Centros Públicos de Economia Solidária;

No âmbito do cooperativismo, a CGSAC desenvolve o Projeto Roda Bem Caminhoneiro, iniciativa para fomentar novos cooperativas e/ou existentes, constituindo uma rede em todo o território nacional, de primeiro e segundo grau, que promove a organização e a associação para compras coletivas, ampliando a produtividade, melhorando a segurança dos trabalhadores e articulando serviços em escala nacional por aplicativo (app).

A CGSAC também acompanha a tramitação legislativa do Projeto de Lei nº 6.606/2019 que trata da política nacional e cria o Sistema Nacional da Economia Solidária, em apreciação no Congresso Nacional.

A Coordenação-Geral também executa emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União com convênios para entidades públicas e privadas direcionadas ao fomento economia solidária, com investimentos prioritários na organização de empreendimentos e redes de cooperação na área de reciclagem de resíduos sólidos, com desenvolvimento da educação ambiental e da cultura da sustentabilidade e do comércio justo e solidário.

Em articulações com órgãos federais (MMA e MRE) a economia solidária vem colaborando para impulsionar a economia circular nos territórios, dinamizando as economias locais com base no aproveitamento das capacidades econômicas e recursos humanos disponíveis, com ganhos ambientais e financeiros para as populações envolvidas. Este dialogo vem sendo estendido com organismos internacionais, como a OCDE, no sentido de consolidar uma rede global que compartilhe políticas e experiências de economia solidária.